

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



ATUALIZANDO AS TIPOLOGIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PNDR¹

RESUMO

Este trabalho faz uma atualização dos parâmetros da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, baseada no levantamento de dados mais recentes disponíveis. Segue a metodologia adotada para classificação das Microrregiões (MRG) do IBGE, apresentada na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047 de 2007. Esta metodologia definiu as seguintes tipologias: i. MRG de Alta Renda; ii. MRG de Baixa Renda; iii. MRG Dinâmicas; iv. MRG Estagnadas. O resultado indica uma grande alteração na classificação das MRG. Conforme apresentado, 207 das 557 MRG tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam as tipologia da PNDR.

Palavras-chave: PNDR; POLÍTICA REGIONAL; DESENVOLVIMENTO REGIONAL

¹ Este trabalho contou com o apoio do IPEA e do Ministério da Integração Nacional. As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem as posições de qualquer instituição.



1. Apresentação

Este trabalho atualiza os parâmetros da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, baseada no levantamento de dados mais recentes. Segue a metodologia adotada para classificação das Microrregiões (MRG) do IBGE, apresentada na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047 de 2007, que definiu as seguintes tipologias: i. MRG de Alta Renda; ii. MRG de Baixa Renda; iii. MRG Dinâmicas; iv. MRG Estagnadas. O resultado indica uma grande alteração na classificação das MRG. Conforme apresentado mais adiante, 207 das 557 MRG tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam a tipologia.

Após dez anos de PNDR², a atualização de sua tipologia favorece o planejamento e ação dos atores envolvidos com a política e ajuda na reflexão sobre a dinâmica regional brasileira pós-2003. Neste início de século, diversos vetores atuaram sobre as regiões do país com resultados distintos, especialmente, aqueles derivados das políticas implícitas de caráter social³. Este período também foi marcado pelo aprofundamento da inserção comercial brasileira no mercado externo, através de atividades intensivas em recursos naturais, constituindo o que autores como Osório (2012a e 2012b) chamam de padrão de reprodução exportador de especialização produtiva ou especialização regressiva como indicam outros (MACEDO 2010a e 2010b; MACEDO; MORAES, 2011).

A nova Tipologia apresentada contempla os problemas associados aos baixos níveis de renda e à relativa estagnação econômica ao nível das MRG. Deste modo, dá-se continuidade às práticas “inauguradas” pela PNDR de *realçar aspectos tradicionalmente ignorados* da política regional brasileira, em função das distorções causadas pelas escalas geográficas – especialmente, com a predominância do uso das macrorregiões no desenho das políticas, como vigorou no passado.

As análises e os parâmetros são construídos destacando-se variáveis reconhecidas como determinantes das desigualdades regionais, relacionadas à estrutura de ocupação das regiões, base produtiva e relação das famílias com esta base produtiva, assim como da dinâmica econômica (BRASIL, 2010). Como nosso foco principal é propor uma atualização

² Doze anos após sua apresentação ao público e dez depois de sua institucionalização.

³ Sobre os resultados das políticas implícitas ver Araújo (2013). Sobre os vetores que atuaram sobre a dinâmica regional brasileira neste período, ver Macedo, Pires e Sampaio(2017).



das tipologias da PNDR, o texto não trará uma revisão de literatura ou dialogará com outros autores, tampouco apresentará conclusões que serão diluídos no corpo do texto.

2. Metodologia

A Tipologia que será aqui apresentada incorpora as estimativas dos PIBs municipais, fornecidas pelo IBGE, com base na metodologia de 2010, e procura reproduzir, na medida do possível, os procedimentos metodológicos incorporados na ocasião da segunda fase da PNDR (2011-2015), com poucas modificações. Será construído um novo Mapa de Referência da política, com base nesse levantamento. De acordo com os parâmetros utilizados na elaboração da PNDR e na sua avaliação ao longo dos anos, as variáveis utilizadas no presente trabalho procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território⁴, características da população no que tange ao seu rendimento médio e o dinamismo econômico local/regional medido pela variação do produto.

A escolha das microrregiões (MRG) do IBGE como escala espacial da análise diminui os problemas da agregação macrorregional, que costuma esconder diferenças internas muito grandes. Isto torna a análise mais viável, tanto pelo menor número de observações, em relação à escala municipal, como por permitir captar diferenciações que reflitam a diversidade e os desequilíbrios regionais, com maior precisão do que as escalas macrorregionais.

Contudo, ainda que a escala microrregional tenha sido definida com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão da dinâmica territorial e evitar distorções da agregação macrorregional, as manchas de pobreza também podem ser “escondidas” por esta escala, afinal as cidades polos de cada microrregião tendem a ter papel socioeconômico maior, o que eleva seu peso na conformação dos indicadores. Por esta razão, a abordagem multiescalar proposta pela PNDR é a mais adequada e deve incorporar, inclusive, a rede urbana como uma escala relevante de análise e proposta de política. Isto não torna, contudo, as demais escalas (macro e mesorregional etc.) como menos relevantes.

⁴ Importante destacar que no bojo do presente projeto, uma equipe está responsável pela análise da dinâmica demográfica regional no período abarcado.

**Quadro 1 – Dicionário das variáveis**

Base	Conteúdo	Fonte	Descrição das variáveis
1	Produto Interno Bruto dos Municípios	IBGE	Ano de referência 2010, preços correntes - Anual - R\$ - 2002-2014
2	Valor Adicionado Bruto setorial por Municípios	IBGE	Ano de referência 2010, preços correntes - Anual - R\$ - 2002- 2014
3	Deflator setorial do PIB por Ufs	IBGE/Contas Regionais	Índice de preços por atividade econômica
4	Cesta Básica das capitais estaduais	DIEESE	Para 17 capitais, média mensal anual, 2010, a preços correntes
5	Valor total dos Rendimentos recebidos	IBGE/Censo Demográfico	Ano de 2010, por municípios
6	População dos municípios	IBGE/Censo Demográfico e estimativas anuais	2002-2014

O Quadro 1 acima apresenta as variáveis-chave na classificação das tipologias da PNDR. Esta classificou as microrregiões com base em dois parâmetros:

a) Nível de renda, medido pelo Rendimento Domiciliar Monetário por Habitante – Para cálculo desta variável, buscou-se o valor total dos rendimentos recebidos por município, aferidos pelo Censo Demográfico de 2010. Em conformidade com a metodologia originalmente utilizada na PNDR, o valor do rendimento foi ajustado por um índice de cesta básica, com referência no valor da menor cesta entre as cidades investigados pelo DIEESE. Em seguida, agrupado os valores por MRG, foi atribuída cota parte de cada uma no total ajustado, e “imputado” esta cota parte ao valor nominal do Brasil. Assim, a variável investigada é dada pelo quociente do valor ajustado e a população residente nas MRG no ano analisado⁵.

b) Dinamismo econômico, medido pela Taxa de Variação Geométrica dos PIBs Per Capita – Para este indicador, calculou-se o PIB das MRG com base no PIB municipal a preços correntes (R\$), de 2002 a 2014, divulgados pelo IBGE. Os valores foram deflacionados pelos deflatores setoriais dos PIBs das UFs (a preços de 2010). Foi obtida a média trienal simples dos PIBs das MRG para os triênios 2002-2004 e 2012-2014. Em seguida calculou-se a taxa de crescimento anual. O valor por habitante foi obtido com o quociente do PIB da MRG a preços constantes, pela média da população dos municípios nos períodos respectivos.

⁵ Importante ressaltar que o valor do salário mínimo, em 2010, era de R\$ 510.



2.1. Passos adotados e tratamento das variáveis

2.2.1. Taxa de Crescimento Geométrico do PIB per Capita das Microrregiões

1º passo – base de dados: foram coletados os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, a preços correntes, para o período de 2002 a 2014, divulgados pelo IBGE. As informações consistem no Valor Adicionado Bruto Total (PIB a preços básicos) e por setores econômicos (agropecuária, indústria, serviços – exclusive administração pública – e administração pública) ao nível municipal. Com a obtenção de toda a série numa mesma metodologia, a base de comparação é mais segura. Em seguida, os dados foram agrupados ao nível microrregional.

2º passo – construção do deflator: para cálculo da taxa de crescimento, utilizou-se como deflator da série nominal, os Deflatores implícitos setoriais (índices de preços) por Unidades da Federação (UFs), divulgados nas Contas Regionais do IBGE. Uma vez que o IBGE tinha disponibilizado os índices de preços ao nível total e/ou por atividades econômicas, buscou-se agrupar as informações por setores. Deste modo, o deflator de cada setor foi dado pela divisão entre as somas dos valores adicionados de cada atividade pertencente ao setor a preços correntes e a preços do ano anterior, em cada ano. Este procedimento foi adotado para os casos da Indústria e dos Serviços (exclusive APU). Para o caso da Agropecuária e da Administração Pública (APU) os índices já estavam disponíveis.

3º passo – Ajuste da base: em seguida, com os índices anuais, adotou-se procedimento estatístico para que todos os VABs estivessem a preços de 2010.

4º passo – População: para cálculo do PIB *per capita*, optou-se por utilizar a média geométrica da população nos anos escolhidos. Deste modo, levantou-se a média aritmética da estimativa da população municipal nos períodos 2002-2004 e 2012-2014, também agregados ao nível microrregional.

5º passo – Cálculo da taxa de crescimento: com os dados preparados e os valores ajustados a preços constantes, calculou-se a média aritmética dos PIBs microrregionais dos triênios de 2002-2004 e 2012-2014, eliminando a influência de efeitos espúrios ou sazonais sobre a dinâmica econômica das regiões. O PIB *per capita* foi obtido com a divisão das médias dos PIBs com a média da população. Por fim, calculou-se a taxa de crescimento geométrico anual entre os dois períodos.



2.2.2. Rendimento Monetário Domiciliar Mensal por habitante

1º passo – Base de dados: os dados foram obtidos pelo Censo Demográfico de 2010. De acordo com o IBGE, o *Rendimento nominal mensal domiciliar* consiste na soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os menores de 10 anos de idade, ou não considerados residentes (ex.: pensionistas). Portanto, o Valor Total dos Rendimentos por município refere-se à soma de todos os rendimentos recebidos em três quesitos: a) rendimento no trabalho principal; b) rendimento nos demais trabalhos; c) rendimento oriundo de outras fontes⁶. As informações foram agrupadas por microrregiões.

2º passo – Paridade do Poder de Compra: ainda seguindo a metodologia proposta na fase anterior da PNDR, aplicou-se uma referência de paridade de poder de compra aos dados de rendimento domiciliar médio. Para tanto, utilizou-se o valor médio das cestas básicas de 17 capitais estaduais, estimadas pelo DIEESE, no ano de 2010. Adotou-se como referência o valor da menor cesta (Aracaju-SE), de modo que os valores corrigidos dos rendimentos monetários médios mensais consistem na divisão do valor da renda nominal pela relação entre o valor da cesta básica da UF e o menor valor entre as cestas no conjunto investigado. Para as UFs que não apresentaram valor das cestas básicas, adotou-se o valor do estado mais próximo⁷, física ou funcionalmente.

Tabela 1 – Valores das Cestas médias e os Índices utilizados, 2010

Capital	Valor Médio, 2010 (R\$)	Índice de Cesta Básica	Capital	Valor Médio, 2010 (R\$)	Índice de Cesta Básica
Aracaju	177,86	100,00	Manaus	234,93	132,09
Belém	216,13	121,52	Natal	204,84	115,17
Belo Horizonte	225,73	126,92	Palmas*	215,53	121,19
Boa Vista*	234,93	132,09	Porto Alegre	248,11	139,50
Brasília	226,25	127,21	Porto Velho*	234,93	132,09

⁶ Por exemplo: aposentadorias e pensões, Programa Bolsa Família-PBF, Benefícios de Prestação Continuada-BPC, PETI, outros programas sociais e transferências de renda, previdência privada, aluguel, juros de poupança e outras aplicações financeiras etc.

⁷ No caso dos estados que o DIEESE não disponibiliza os dados, utilizou-se valores de outros estados, escolhidos pela proximidade, conforme metodologia já praticada na elaboração da PNDR. Desta forma, os valores da cesta de Belém foram atribuídos a São Luís, no Maranhã, e a Macapá, no Amapá. Da cesta de Manaus, a Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Para Campo Grande e Cuiabá, a cesta de São Paulo. Palmas, a de Goiânia. Maceió a de Recife. Teresina a de Fortaleza.



Campo Grande*	247,90	139,38	Recife	198,93	111,85
Cuiabá*	247,90	139,38	Rio Branco*	234,93	132,09
Curitiba	226,93	127,59	Rio de Janeiro	229,76	129,18
Florianópolis	228,58	128,52	Salvador	204,13	114,77
Fortaleza	187,03	105,16	São Luís*	216,13	121,52
Goiânia	215,53	121,19	São Paulo	247,90	139,38
João Pessoa	189,60	106,60	Teresina*	187,03	105,16
Macapá*	216,13	121,52	Vitória	231,48	130,15
Maceió*	198,93	111,85			

Fonte: DIEESE. Acesso em 2017. Elaborado pelos autores.

* Valores arbitrados.

3º passo – Ajuste dos dados: o Valor Total dos Rendimentos recebidos por MRG foi ajustado pelo índice de cesta básica de cada UF. Adicionalmente, foi imputado para cada MRG a cota-parte no total do valor ajustado, mantendo-se como referência o total nominal dos rendimentos recebidos no país. O valor do rendimento corrigido de cada MRG é, portanto, a multiplicação do Valor total dos rendimentos recebidos no país pela cota-parte da MRG no total ajustado. Por fim, o Valor do Rendimento Domiciliar Monetário por habitante foi obtido pela divisão entre o valor corrigido e a população da MRG no Censo de 2010⁸.

Na Tabela 2, verifica-se que o rendimento monetário domiciliar médio por habitante, em 2010, para o Brasil é de R\$ 547,09, e que a média da taxa de variação do PIB per capita, no período analisado, é de 2,56% a.a. Os dados correspondem à média das MRG investigadas. Também apresenta as principais estatísticas descritivas dos indicadores utilizados, com destaque para os limites inferior e superior de cada variável. A análise de distribuição dos parâmetros utilizados foi feita em quartis, sendo que o primeiro e o terceiro quartil foram desdobrados em dois estratos que correspondem, respectivamente, a 5% e a 20% das observações, possibilitando-se distinguir os valores extremos e permitir uma melhor visualização em cartogramas. Forma-se, com isto, sextis, cuja mediana dos dados separa os três estratos de cima e os três de baixo.

Tabela 2 – Estatística Descritiva das variáveis utilizadas

	Renda per capita corrigida	Taxa de crescimento PIB Munic per capita
Média	547,09	2,56

⁸ Os procedimentos adotados para esta variável reproduzem, exatamente, os que foram adotados quando da elaboração da PNDR, de forma que, aplicando-se os mesmos passos para o ano de 2000, chega-se aos mesmos resultados obtidos quando da elaboração da política.



Mediana	542,13	2,45
Primeiro Quartil	340,14	1,59
Terceiro Quartil	708,06	3,34
Desvio Padrão	225,80	2,25
Curtose	0,46	28,00
Assimetria	0,63	2,84
Mínimo	160,04	-6,96
Máximo	1.672,24	26,60
Número de MRG	557	557

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. Construção da nova Tipologia

Para a construção da nova Tipologia Sub-regional da PNDR, optou-se por seguir os mesmos procedimentos adotados para a implementação da política, no que se refere aos critérios de utilização dos dois parâmetros básicos de referência. Ou seja, a partir do cruzamento das duas variáveis. Deste modo, para cada parâmetro, foram considerados valores "ALTOS" – alta renda ou alto crescimento do PIB –, aqueles situados acima do terceiro quartil; por sua vez, os valores "MÉDIOS" – posição intermediária de renda ou de crescimento do PIB – são os que estão situados entre o primeiro e o terceiro quartil, ou seja, em torno da mediana. E, por fim, consideraram-se valores "BAIXOS", isto é, de baixa renda ou de baixo crescimento, aqueles que se apresentaram inferiores ao primeiro quartil.

Quanto à classificação das MRG com base no cruzamento dos parâmetros adotados, optou-se por manter as denominações já utilizadas pela PNDR, a fim de se identificar com mais facilidade as mudanças e permanências, bem como avaliar alguns resultados da política, no que tange ao dinamismo regional. Deste modo, foram geradas os seguintes grupos:

- 1. Sub-Regiões de Alta Renda** – caracterizada como a situação mais favorável possível dentro do quadro analisado, reúne o quartil superior das MRG com maior rendimento por habitante no país, totalizando 139 unidades territoriais (25%).
- 2. Sub-Regiões de Baixa Renda** – situa-se no outro extremo da condição anterior, sendo a situação menos favorável, tratam-se das MRG com o menor patamar de rendimento nominal por habitante e com menores taxas de crescimento do PIB per capita (médio ou baixo crescimento). 120 unidades territoriais fazem parte desse grupo.



3. **Sub-Regiões Dinâmicas** – uma das duas situações intermediárias apresentadas. Trata-se do grupo de MRG com as maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* e que NÃO figuram no grupo de Alta Renda, totalizando 110 MRG.
4. **Sub-Regiões Estagnadas** – dispõe de valores intermediários de rendimento médio por habitante, mas que apresentam taxas médias ou baixas de dinamismo econômico, medidas pelo crescimento do PIB per capita. 188 MRG foram classificadas nesse grupo.

Quadro 2 – Tipologia das Sub-regiões da PNDR

Variação do PIB per capita 2002 - 2014 (média)	Rendimento Médio por Habitante, 2010		
	Alta	Média	Baixa
Alta	ALTA RENDA 139 MRG	DINÂMICA 110 MRG	
Média		ESTAGNADA 188 MRG	BAIXA RENDA 120 MRG
Baixa			

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. Mudanças na Tipologia

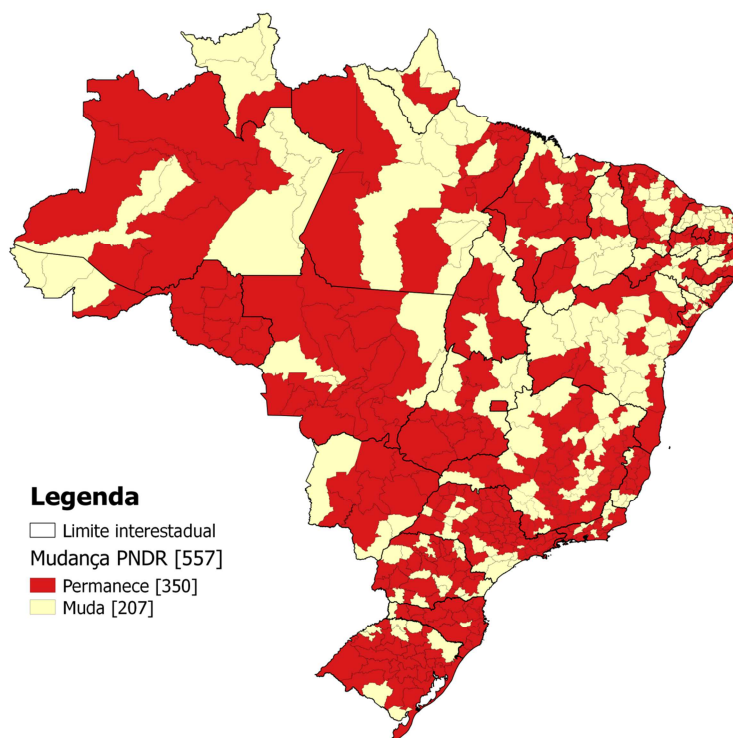
Com a atualização das tipologias, segundo os critérios estabelecidos pela PNDR e descritos anteriormente, observa-se grande alteração na classificação, com 207 microrregiões (ou 37,1% do total) modificando sua classificação em relação àquela constante no Decreto lei que institucionaliza a política.

Como primeira aproximação dos dados levantados, o Cartograma 1 aponta para a disposição das MRG que tiveram ou não alteração de sua classificação na nova Tipologia proposta. Identificou-se 207 MRG cujos parâmetros foram alterados, sendo que, em sua maior parte – ou seja, 58,5% – estão situados nas regiões Norte e Nordeste. Entre as que sofreram reclassificação, dezoito (18) saíram da condição de Alta Renda para Dinâmica ou Estagnada, indicando que foram ultrapassadas, em renda domiciliar, por outras unidades. A seu turno, dezenove (19) MRG deixaram a condição de Baixa Renda, para figurarem como



Dinâmica ou Estagnada, apontando principalmente para um maior crescimento do PIB per capita.

As maiores mudanças ocorrem nas MRG outrora classificadas como Dinâmica (88) ou Estagnada (82), cuja análise mais pormenorizada permitiria identificar se as modificações foram diretamente proporcionadas pelas políticas adotadas no âmbito da PNDR, não sendo possível fazer no escopo deste artigo. Nota-se, porém, um aumento do número de MRG de Baixa Renda, o que decorre de menores taxas de crescimento entre as MRG que figuram nesse grupo. Estas mudanças são mais fáceis de serem visualizadas nos Cartogramas 2 e 3. O Cartograma 2 apresenta a classificação das MRG, em 2006, quando da implementação da política. Já o Cartograma 3 dispõe da nova proposta apresentada.



CARTOGRAMA 1 – Brasil: Microrregiões que sofrerão nova classificação da tipologia da PNDR

Com exceção da Aglomeração Urbana de São Luís e da MRG de Teresina, todas as MRG que tornaram-se Alta Renda – em substituição àquelas 18 que perderam esta posição – estão situadas nas regiões Sul e Sudeste e já despontavam com nível médio de renda na

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



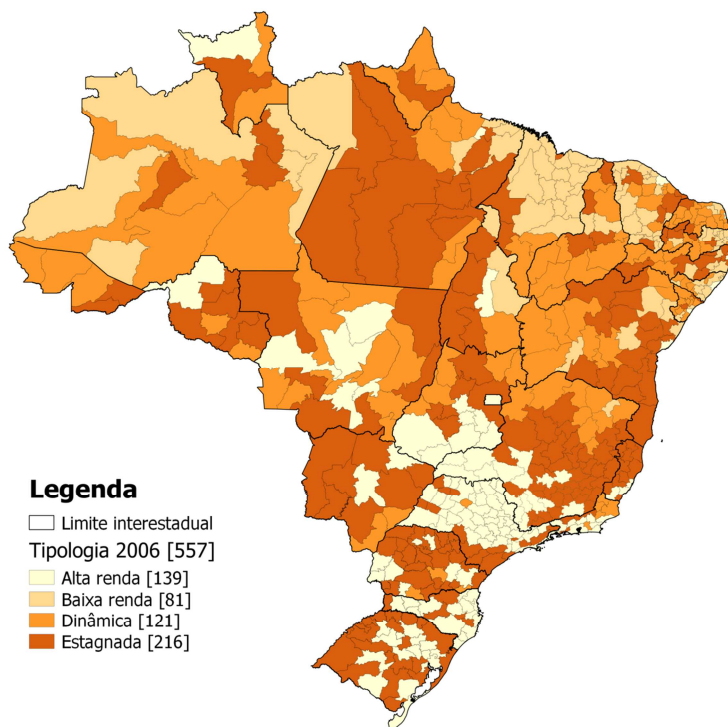
Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



metodologia anterior, quando eram classificadas como Estagnadas⁹. Ou seja, tratam-se apenas de mudanças na margem entre os dois grupos. Tais informações sugerem a permanência da concentração da renda nestas regiões, refletindo o quadro histórico da desigualdade regional brasileira, a despeito da melhora apontada por diversos pesquisadores da temática regional e urbana no Brasil para os últimos treze anos. Isto é, mantém-se uma relativa distância que as MRG do Norte-Nordeste têm em relação à renda média do país.

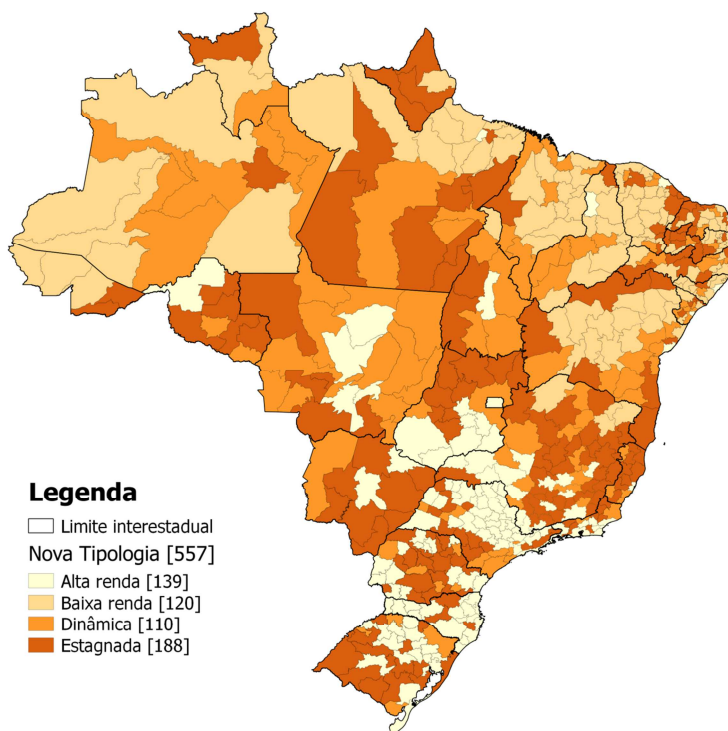
De igual modo, 56 MRG classificadas como Estagnadas passaram à condição de Dinâmicas, sendo 7 na região Norte; 18 na região Nordeste, mesmo número para o Sudeste; 9 na região Sul e 4 no Centro-Oeste. Entre as MRG Dinâmicas, das 88 que mudaram de posição, 50 passaram a condição de Baixa Renda, em função da perda de dinamismo do crescimento do PIB per capita, estando em sua quase totalidade situadas no Norte-Nordeste (apenas 3 MRG de Minas Gerais apresentaram o mesmo desempenho). Outras 38 MRG tornaram-se Estagnadas, sendo 19 no Norte-Nordeste e 19 no Centro-Sul. Numa análise que precisa ser aprofundada, as mudanças na tipologia parecem apontar para uma piora na posição das MRG do Norte-Nordeste, cujas macrorregiões guardam a herança histórica das desigualdades regionais no Brasil.

⁹ Por outro lado, as 18 MRG que ostentavam esta posição anteriormente, também pertenciam ao Centro-Sul do país (exceção da MRG de Boa Vista), havendo apenas uma substituição entre elas, ocasionada pela superação da renda, como já sugerido.



**CARTOGRAMA 2 – Brasil: Classificação das microrregiões segundo tipologia da PNDR
Ano = 2006**

A Tabela 3 apresenta a disposição das MRG, conforme sua classificação, para as grandes regiões e as unidades da federação. O Nordeste concentra a maior parte das MRG de Baixa Renda, que também é a maioria entres as MRG desta região (50,3%). A visualização dos Cartogramas 1 e 2 ainda permite perceber o maior número de MRG de Baixa Renda, entre a primeira classificação e a atual. As maiores concentrações estão nos estados de Alagoas (76,9%), Ceará (60,6%) e Maranhão (57,1%). No extremo oposto, apenas as unidades territoriais onde estão situadas as capitais estaduais do Nordeste apresentam classificação de Alta Renda, o que ilustra bem o quadro regional. Com menos áreas Dinâmicas e Estagnadas do que na versão anterior, importa investigar os fatores relacionados ao desempenho dessas áreas.



**CARTOGRAMA 3 – Brasil: Classificação das microrregiões segundo tipologia da PNDR
Ano = 2017**

A Região Norte concentra o restante das MRG de Baixa Renda¹⁰ (34,4% das MRG da região), sendo a maior parte no Pará, também contando com igual número de MRG Estagnadas (34,4%) e com apenas três MRG de Alta Renda¹¹. Já a Região Sudeste reúne quase metade das MRG de Alta Renda do país, o que representa 40,6% das unidades territoriais da região. Valor levemente superior ao número de MRG Estagnadas (40,0%).

Na Região Sul, 51,6% das MRG são de Alta Renda, distribuídas pelos três estados. Destaca-se a predominância desse grupo no estado de Santa Catarina, com 85% do total de suas microrregiões. Por fim, a Região Centro-Oeste tem 42,3% de suas MRG Estagnadas, mas com o maior percentual de MRG Dinâmicas, em relação às demais MRG do país. Considerando tratar-se de unidades com maior extensão territorial, estas MRG refletem o desempenho do agronegócio na região.

¹⁰ Com exceção de quatro unidades situadas ao norte do estado de Minas Gerais que também são de Baixa Renda.

¹¹ São elas as MRG de Porto Velho-RO, Belém-PA e Porto Nacional, no Tocantins.

**Tabela 3 – Nova Tipologia Sub-Regional da PNDR, por Regiões e UFs**

Unidade territorial	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada	Total
Brasil	139	120	110	188	557
Região Norte	3	22	17	22	64
Rondônia	1	0	2	5	8
Acre	0	3	0	2	5
Amazonas	0	5	7	1	13
Roraima	0	2	1	1	4
Pará	1	10	3	8	22
Amapá	0	1	0	3	4
Tocantins	1	1	4	2	8
Região Nordeste	9	94	41	43	187
Maranhão	1	12	7	1	21
Piauí	1	8	5	1	15
Ceará	1	20	4	8	33
Rio Grande do Norte	1	9	2	7	19
Paraíba	1	11	2	9	23
Pernambuco	1	6	5	6	18
Alagoas	1	10	1	1	13
Sergipe	1	3	6	3	13
Bahia	1	15	9	7	32
Região Sudeste	65	4	27	64	160
Minas Gerais	15	4	12	35	66
Espírito Santo	1	0	4	8	13
Rio de Janeiro	8	0	2	8	18
São Paulo	41	0	9	13	63
Região Sul	48	0	9	37	94
Paraná	14	0	5	20	39
Santa Catarina	17	0	0	3	20
Rio Grande do Sul	17	0	4	14	35
Região Centro-Oeste	14	0	16	22	52
Mato Grosso do Sul	2	0	1	8	11
Mato Grosso	4	0	13	5	22
Goiás	7	0	2	9	18
Distrito Federal	1	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Caracterização das desigualdades regionais brasileiras: análise dos parâmetros de Rendimento e de PIB per capita

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

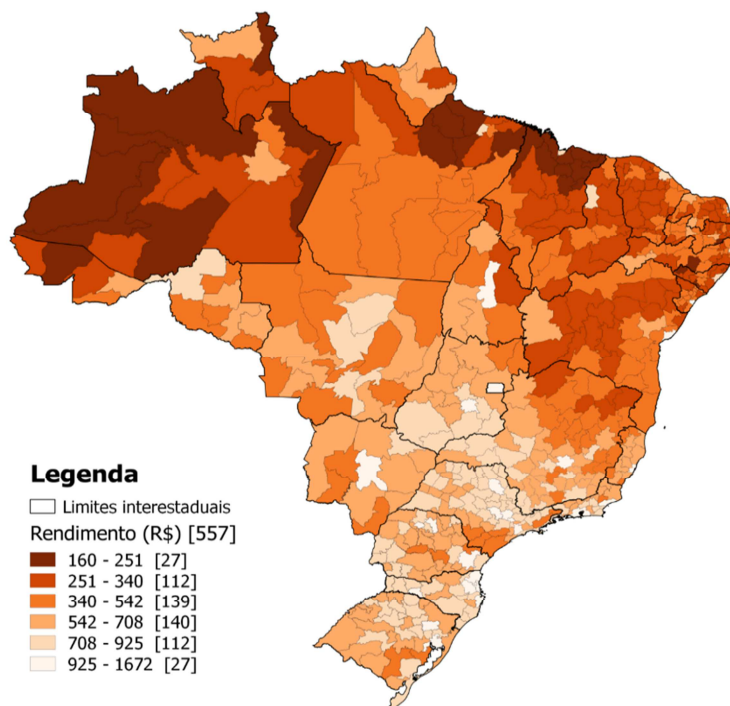


Como explicado ao longo do texto, a Tipologia Sub-regional foi construída com base no cruzamento de duas variáveis que procuram exprimir padrões e dinâmicas espaciais da economia e da população, permitindo um olhar criterioso sobre o território, apontando caminhos para a análise e a ação da política regional (BRASIL, 2010). As variáveis buscam retratar, por um lado, a riqueza relativa da população, com o rendimento médio dos habitantes e, por outro, o potencial relativo do crescimento econômico observado, a partir da variação do PIB *per capita* das microrregiões. Portanto, a primeira fornece uma visão estática e a outra uma visão dinâmica sobre as desigualdades territoriais.

Nesta seção, buscamos discutir alguns dos principais resultados apresentados por cada variável, individualmente, a fim de compreender como cada uma delas reflete o atual estado das desigualdades regionais do país e de suas diferentes dinâmicas territoriais recentes. Por sua vez, também procuramos fazer uma apresentação sintética das informações por Tipologia. De antemão, lembramos que os dados utilizados nesta seção foram previamente preparados para a construção da Tipologia, conforme descritos na seção 2. Ou seja, estaremos nos referindo às variáveis ajustadas.

4.2.1. Análise do padrão de rendimentos entre os diferentes espaços regionais: Rendimento Domiciliar Monetário Por Habitante

As informações sobre os rendimentos familiares no Brasil fornecem o diagnóstico mais objetivo e direto a respeito das desigualdades sociais do país. De fato, o país conserva a sua herança histórica de concentração da renda, em toda escala espacial que se analisa ou, independentemente dos critérios sociais utilizados. O Cartograma 4 ilustra bem uma situação repetidamente demonstrada por pesquisadores da questão regional brasileira e até de outras áreas, que é a relativa concentração da renda *per capita* em determinadas porções do território brasileiro. De um lado, a concentração litorânea – referendada pela situação das capitais nordestinas em relação às demais sub-regiões de seu entorno – e, por outro, uma linha imaginária que corta o país no sentido leste-oeste, refletindo uma divisão norte e sul, entre os mais pobres e mais ricos do país.



Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria

Cartograma 4 – Distribuição do Rendimento Domiciliar Mensal por Habitante, entre as microrregiões brasileiras, 2010.

De fato, a distribuição da renda domiciliar mensal *per capita* entre as microrregiões brasileiras revelam o quão distante o país ainda se encontra de superar suas profundas debilidades estruturais, no que tange ao seu quadro histórico de heterogeneidade social, econômica e produtiva. As Tabelas 4, 5 e 6 ilustram a distância extrema dos níveis de rendimento. De acordo os dados da Tabela 4, a microrregião mais rica do país detinha, em paridade de poder de compra, uma renda *per capita* dez vezes maior do que a unidade territorial mais pobre (R\$ 1.672 no Distrito Federal contra R\$ 160 em Japurá-AM). Enquanto a primeira correspondia a mais de 210% da média do Brasil (R\$ 793), a última alcançava apenas 20% do rendimento *per capita* brasileiro.

Tabela 4 – Brasil: Desigualdade na distribuição da renda *per capita* por MRG, 2010

Brasil / Microrregiões	Renda per capita ajustada (R\$)	% (MRG/BR)	Razão
Japurá – AM	160,04	20,16	1,00
B. Parnaíba Maranhense - MA	181,50	22,86	1,13
<i>Brasil*</i>	793,87	100,00	4,96
Florianópolis – SC	1.345,70	169,51	8,41
Brasília – DF	1.672,24	210,64	10,45



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria.

* Valor conforme Atlas da PNUD

Tabela 5 – Vinte maiores Microrregiões por valor do Rendimento Monetário Médio Mensal por Habitante, 2010

Microrregião	Valor (R\$)	Posição	Microrregião	Valor (R\$)	Posição
Brasília – DF	1.672,24	1º	Jundiaí - SP	1.049,54	11º
Florianópolis – SC	1.345,70	2º	Aracaju - SE	1.043,24	12º
São Paulo -SP	1.241,95	3º	Joinville - SC	1.030,74	13º
Curitiba – PR	1.188,22	4º	Campinas -SP	1.022,73	14º
Goiânia – GO	1.101,47	5º	Itajaí - SC	1.022,24	15º
Blumenau – SC	1.091,92	6º	Vitória -ES	1.010,97	16º
Caxias do Sul – RS	1.088,99	7º	Maringá - PR	1.001,09	17º
Rio de Janeiro – RJ	1.082,90	8º	Ribeirão Preto - SP	992,70	18º
Belo Horizonte – BH	1.070,65	9º	Natal - RN	992,01	19º
Porto Alegre – RS	1.063,32	10º	Londrina - PR	958,84	20º

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria.

Embora os dados de rendimento reflitam a posição estática para o ano de 2010, esta desigualdade é resultante da dinâmica assimétrica do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se concentrou historicamente em alguns espaços, enquanto outros se viram secularmente estagnados. Um bom exemplo disto pode ser visto nas Tabelas 5 e 6, que ilustram as vinte microrregiões mais ricas e as mais pobres do Brasil, respectivamente. Apenas as MRG de Aracaju (Sergipe) e de Natal (Rio Grande do Norte), entre todas as MRG do Norte e do Nordeste, lograram figurar entre os maiores rendimentos por habitante no país. Predominam neste quadro as principais áreas do Sul e do Sudeste. Por outro lado, entre as microrregiões de menor rendimento por habitante o Norte e Nordeste predominam.

Este quadro reflete-se no desempenho das Tipologias Sub-regionais nesta nova proposta de atualização. Deste modo, somente as microrregiões de Alta Renda concentravam em 2010, 75,2% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010¹², e valor médio da renda *per capita* de R\$ 844. Trata-se, aqui, do grupo com maior percentual

¹² Chamamos a atenção para a importância deste indicador de volume total da renda, que difere do rendimento *per capita*. Isto porque, enquanto o último indica os benefícios individuais percebidos por ocasião da renda, o primeiro aponta para os ganhos de escala decorrentes de benefícios sociais superiores (mais do que a unidade) aos ganhos de rendimento, quando se acrescem novos habitantes.



de urbanização entre os tipos investigados, 94,87% de população urbana, densidade demográfica de 113 hab./km² e 57,7% da população nacional, em que pese ocupar apenas 11,4% do território brasileiro (ver Quadro 3).

Tabela 6 – Vinte menores Microrregiões por valor do Rendimento Monetário Médio Mensal por Habitante, 2010

Microrregião	Valor (R\$)	Posição	Microrregião	Valor (R\$)	Posição
Japurá – AM	160,04	557 ^o	Traipu - AL	205,96	547 ^o
B. Parnaíba Maranhense – MA	181,50	556 ^o	Coelho Neto - MA	209,18	546 ^o
Portel – PA	184,00	555 ^o	Gurupi - MA	211,91	545 ^o
Lençóis Maranhenses – MA	192,48	554 ^o	S. do Sertão Alagoano - AL	218,83	544 ^o
Itapecuru Mirim – MA	194,28	553 ^o	Rosário - MA	221,40	543 ^o
Juruá – CE	198,77	552 ^o	Lit. Ocid. Maranhense - MA	223,25	542 ^o
Chapadinha – CE	203,73	551 ^o	Baixada Maranhense - MA	229,59	541 ^o
Alto Solimões – AM	204,94	550 ^o	Guamá - PA	229,86	540 ^o
Purus – AM	204,95	549 ^o	Tarauacá - AC	233,58	539 ^o
Furos de Breves – PA	205,08	548 ^o	Vale do Ipanema - PE	239,37	538 ^o

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria.

Já as microrregiões de Baixa Renda, com 10,9% da população do país, concentravam apenas 3,7% da renda nacional. No conjunto, este grupo apresentava, em 2010, um grau de urbanização de 54,5% e densidade demográfica de 8,4 hab./km², representando a maior parcela do território nacional (29,3%). O valor médio da renda por habitante nesse grupo era de R\$ 290, cerca de 37% da média do país. Os dados de volume de renda entre esses dois grupos também confrontam realidades muito distintas, no que se refere à capacidade que cada um tem de resistência às adversidades e de solução às suas debilidades estruturais. Isto reflete-se na espacialização de diferentes dados socioeconômicos (educação, violência, saúde etc.), em que todos eles reprisam a divisão apresentada no Cartograma 4¹³.

As microrregiões Dinâmicas respondiam por 7,1% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010, correspondendo a 11,4% da população brasileira. A renda *per capita* neste grupo era de aproximadamente R\$ 470, apresentando densidade demográfica de 9,2

¹³ Tania Bacelar de Araújo, estudiosa de longa data da questão regional, demonstrou isto em palestra realizada em fevereiro de 2014, por ocasião dos 40 anos da FEE. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkcvAKgLf00>.



hab./km² e correspondendo a 27% do território nacional. Sua extensão territorial, no entanto, é bastante influenciada pelo tamanho médio das microrregiões do Norte e Centro-Oeste do país, onde estão, principalmente, situadas.

Por último, as microrregiões Estagnadas que, normalmente, correspondem às áreas de ocupação mais antiga, cujos ciclos de crescimento econômico e demográfico ocorreram no passado, representavam 13,5% da renda nacional, com uma renda *per capita* de pouco mais de R\$ 535. O grupo mais numeroso entre as tipologias investigadas, correspondia a 20% da população brasileira e a 31,6% do território nacional. Sua densidade demográfica era de 14,2 hab./km².

4.2.3. Análise da dinâmica produtiva regional brasileira no período recente (2002-2014): Taxa de Variação Geométrica do PIB per Capita

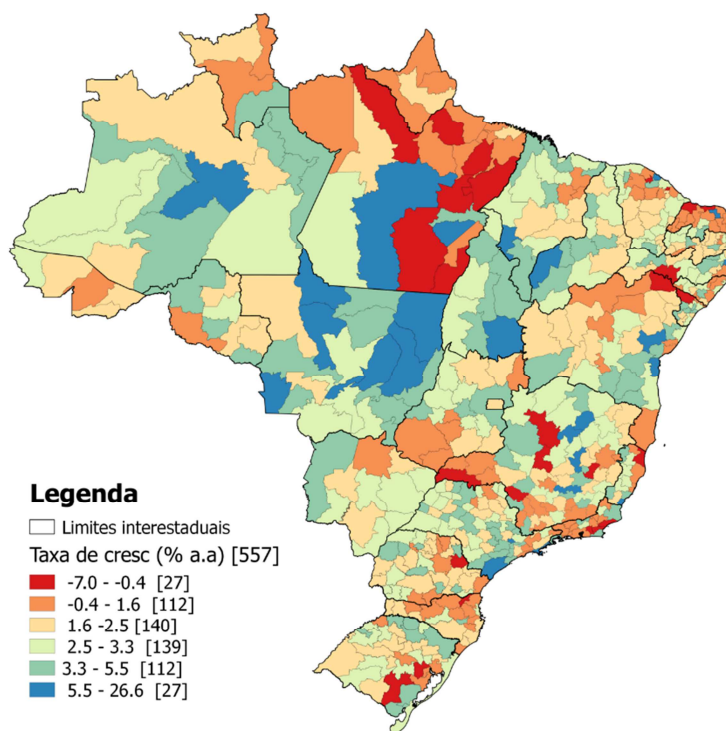
Ao longo do período investigado, a dinâmica produtiva brasileira, expressa pela variação do PIB *per capita* a preços constantes de 2010, ao nível das microrregiões, apresenta a MRG de Itapemirim, no Espírito Santo, liderando o crescimento econômico, fortemente influenciado pela exploração do pré-sal. Contudo, as principais manchas de crescimento ocorrem na chamada Amazônia Legal, na região do Matopiba e em áreas pontuais do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, conforme demonstrado no Cartograma 5.

A taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* entre as microrregiões do Brasil foi de 2,55%. Todavia, em pouco mais da metade das unidades territoriais o desempenho foi inferior a este percentual. Apenas seis microrregiões ultrapassaram a casa dos 10% de crescimento, sendo cinco delas localizadas na região Sudeste, além de Valença-BA, situada no Nordeste (ver Tabela 7). Entretanto, nota-se que a maior parte das microrregiões com crescimento econômico expressivo parte de uma base muito pequena, situados em áreas ainda pouco relevantes para o total da economia brasileira, com pouca participação na contribuição do PIB nacional. Um exemplo disto é que as 110 microrregiões Dinâmicas, conforme a nova metodologia proposta, respondem por 9,1% do PIB Total brasileiro e 79,7% do PIB *per capita*, a preços correntes de 2014, em que pese responderem por 27,7% do território nacional e 11,3% da população (Quadro 3).

Deve-se destacar, no entanto, a liderança que a extração mineral e a expansão da fronteira agrícola continuam exercendo na dinamização da economia nacional. O



crescimento econômico mundial e, em especial, o aumento da demanda internacional por bens primários – o “efeito China” – tiveram forte influência na composição dos PIBs regionais, modificando certas dinâmicas territoriais no Brasil, neste início de século XXI.



Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010. Elaboração própria.

Cartograma 5 – Taxa de Variação Geométrica do PIB *per capita*, por microrregiões, 2002-2014

Em decorrência deste cenário, as MRG Dinâmicas tiveram taxas de crescimento médio bem acima das verificadas para o Brasil, com 5,1% a.a. A média nacional de 2,55% foi bastante influenciada pelo baixo desempenho das MRG Estagnadas (1,7%) e de Baixa Renda (1,72%), que respondem, respectivamente, por 13,5% e 3,0% do PIB do Brasil, em 2014. As taxas anuais relativas às MRG de Alta Renda estiveram próximas à média do país, com 2,30%, em que pese representarem três quartos do PIB nacional, a preços correntes de 2014, e concentrarem 57,7% da população nacional em 2010.

Este cenário, sintetizado no Quadro 3 ao final desta seção, corresponde à própria metodologia utilizada para Tipologia Sub-regional, em que as MRG Estagnadas e de Baixa Renda foram selecionadas com base nas menores faixas de crescimento do PIB *per capita*. Aponta, portanto, para os desafios colocados a uma Política de Desenvolvimento Regional *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



de se ativar mecanismos que favoreçam o crescimento econômico e melhorias sociais das áreas mais debilitadas do território brasileiro. É o caso especial das microrregiões de Baixa Renda – que em 2014 alcançavam apenas 27,46% do PIB *per capita* do país – crescendo a taxas inferiores que a média do Brasil e abaixo das microrregiões de Alta Renda.

Tabela 7 – Vinte maiores taxas de crescimento do PIB per capita, por Microrregiões do Brasil, 2002-2014

Microrregião	% a.a	Posição	Microrregião	% a.a	Posição
Itapemirim - ES	26,60	1º	Baixa Verde - RN	8,01	11º
Itaguara - MG	15,11	2º	Alto Parnaíba Piauiense - PI	7,58	12º
Grão Mogol - MG	14,75	3º	Rosário Oeste - MT	7,15	13º
Valença - BA	12,36	4º	Alta Floresta - MT	6,55	14º
Registro - SP	11,00	5º	Altamira - PA	6,19	15º
Ouro Preto - MG	10,32	6º	Dianópolis - TO	6,13	16º
Parauapebas - PA	9,52	7º	Coari - AM	6,09	17º
Paranatinga - PA	8,95	8º	Baixo Curu - CE	6,00	18º
Porto Franco - MA	8,16	9º	Conc. do Mato Dentro - MG	5,96	19º
Caraguatatuba - SP	8,14	10º	Arinos - MT	5,96	20º

Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010. Elaboração própria.

Tabela 8 – Vinte menores taxas de crescimento do PIB per capita, por Microrregiões do Brasil, 2002-2014

Microrregião	% a.a	Posição	Microrregião	% a.a	Posição
Almeirim - PA	-6,96	557º	Paragominas - PA	-1,91	547º
Macau - RN	-4,73	556º	Macaé - RJ	-1,51	546º
Paulo Afonso - BA	-4,53	555º	Três Marias - MG	-1,50	545º
Itaparica - PE	-3,72	554º	São Jerônimo - RS	-1,39	544º
Frutal - MG	-3,55	553º	Conc. do Araguaia - PA	-1,16	543º
Serg. do S. do S. Francisco - SE	-3,40	552º	Passos - MG	-1,12	542º
Bacia de São João - RJ	-3,34	551º	São Félix do Xingu - PA	-1,03	541º
Ipatinga - MG	-2,30	550º	Serra de Sudoeste - RS	-1,02	540º
Tucuruí - PA	-2,20	549º	São Mateus - ES	-0,99	539º
Pacajus - CE	-2,10	548º	Tomé-Açu - PA	-0,90	538º

Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010. Elaboração própria.

Por fim, na Tabela 9 apresenta-se a contribuição ao PIB brasileiro total, a preços básicos, e por setor econômico, de cada grupo sub-regional da PNDR. Também permite conhecer a estrutura setorial interna do PIB em cada grupo. Os dados revelam a importância



econômica que as MRG de Alta Renda têm para a geração do produto total do país, em todos os setores. Com 70,3% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, este grupo concentra um terço da produção agropecuária, 71% da indústria e 80% das atividades de serviços do país, além de responderem por quase dois terços dos serviços de administração pública.

No outro extremo, as microrregiões de Baixa Renda correspondem a 10% da atividade agropecuária no país, mas contribuem de forma bastante marginal à geração de valor das atividades secundárias e terciárias. Exceção à participação dos serviços de administração pública, que representam pouco mais de 8% da VAB brasileiro neste setor. Este último dado, reflete-se na composição setorial interna entre as microrregiões deste grupo, cuja participação da Administração Pública é de 42%, chamando a atenção para a dependência que estas áreas possuem dos gastos do governo.

Tabela 9 – Participação do Valor Adicionado Bruto por setores no país e no VAB Total, por Tipologia da PNDR, 2017

Tipologia PNDR	Agro	Ind	Serv	Adm. Púb	VAB Total	Agro	Ind	Serv	Adm. Púb	VAB Total
Alta Renda	34,2	70,9	80,4	63,3	73,0	2,4	23,1	60,3	14,2	100,0
Baixa Renda	10,1	1,4	1,9	8,3	3,3	15,6	10,4	32,1	41,9	100,0
Dinâmica	19,4	14,4	6,7	9,9	9,6	10,0	35,5	37,7	16,8	100,0
Estagnada	36,3	13,2	11,1	18,5	14,1	13,0	22,4	43,0	21,6	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010.

Já entre os grupos intermediários, as microrregiões Dinâmicas têm maior contribuição ao VAB Total do Brasil pelo setor agropecuária (19,4% do VAB da Agropecuária do país), que representa 10% de sua estrutura setorial interna, o que reflete o dinamismo econômico da agropecuária exportadora no país. O setor industrial também tem relevância nesse conjunto regional, com 14,4% do VAB total do país e 35,5% em sua geração intersetorial. Por fim, as MRG Estagnadas correspondem à maior parcela do VAB da Agropecuária brasileiro, com 36,3% de todo o valor gerado por este setor. As atividades da administração pública também despontam com grande participação (18,5%), levando este a ser o segundo maior conjunto regional na geração de valor no Brasil (14,1% do VAB total).

Quadro 3 – Indicadores sociodemográficos por Tipologia da PNDR

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



Variação do PIB per capita 2002 - 2014 (média)	Rendimento Médio por Habitante, 2010		
	ALTA Acima de R\$ 708,00	MÉDIA Entre R\$ 340,45 até R\$ 708,00	BAIXA Até R\$ 340,45
ALTA Acima de 3,34% a.a	SUB-REGIÕES DE ALTA RENDA - 139 microrregiões - 11,4% do Território Nacional, 2010 - 57,7% da População, 2010 - 113,3 hab./km ² , 2010 - 94,87% Taxa de Urbanização, 2010 - 75,2% da Renda Total, 2010	SUB-REGIÕES DINÂMICAS - 110 microrregiões - 27,7% do Território Nacional, 2010 - 11,4% da População, 2010 - 9,2 hab./km ² , 2010 - 73,44% Taxa de Urbanização, 2010 - 7,1% da Renda Total, 2010 - 9,1% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 22.714,55 - 79,71 (BR = 100)	
MÉDIA Entre 1,59% até 3,34% a.a	- 74,5% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 36.702,00 - 128,80 (BR = 100)	SUB-REGIÕES ESTAGNADAS - 188 microrregiões - 31,6% do Território Nacional, 2010 - 20,0% da População, 2010 - 14,2 hab./km ² , 2010 - 76,53% Taxa de Urbanização, 2010 - 14,0% da Renda Total, 2010 - 13,5 % do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 19.223,24 - 67,46 (BR = 100)	SUB-REGIÕES DE BAIXA RENDA - 120 microrregiões - 29,3% do Território Nacional, 2010 - 10,9% da População, 2010 - 8,4 hab./km ² , 2010 - 54,51% Taxa de Urbanização, 2010 - 3,7% da Renda Total, 2010 - 3,0% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 7.824,94 - 27,46 (BR = 100)
BAIXA Até 1,59%			

Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



ARAÚJO, B. T. Desenvolvimento regional brasileiro e as políticas públicas federais no governo Lula. In E. Sader (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** (pp. 157–172). Rio de Janeiro: Boitempo Editorial / FLACSO Brasil, 2013.

MACEDO, F. C. **Inserção Externa e Território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). Tese (Livre-Docência). 2010a. Tese (Livre Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MACEDO, F. C. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES** (Revista do Desenvolvimento Regional), Santa Cruz do Sul, v. 15, p. 89-114, 2010b.

MACEDO, F. C.; MORAIS, J. M. L. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **Informe Gepec**, Cascavel, v. 15, p. 82-98, 2011.

MACEDO, F. C.; COELHO, V.L. P. COELHO. A política nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e os Fundos Constitucionais de Financiamento. IN: ETGES, V.; CADONÁ, M. (Orgs). **Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016, pp. 318-346.

MACEDO, F. C., MATOS, E. N. O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Ensaio FEE** (Impresso), PORTO ALEGRE, v. 29, p. 355-384, 2008.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012b, p. 103-133.